

Depósito compulsório dos bancos vai aumentar

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá aprovar, hoje, a alteração da Resolução 761 do Banco Central que estabelece o recolhimento compulsório de 15 por cento sobre o crescimento dos depósitos a prazo dos bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento, até o limite de cinco por cento sobre o total desses depósitos.

Os estudos sobre o assunto ainda não estavam concluídos na noite de ontem, mas os técnicos encarregados de analisá-lo consideravam praticamente certo que o CMN fixe um percentual superior a cinco por cento sobre o saldo dos depósitos a prazo, eliminando a restrição de incidência apenas sobre o crescimento desses depósitos.

A alteração no recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo será acompanhada da elevação dos percentuais vigentes para os depósitos à vista, atualmente fixados em 36 por cento para os bancos pequenos, 40 por cento para os médios e 45 por cento para os grandes, na Região Centro Sul. A expectativa dos técnicos da área econômica do Governo, ontem, era de que a elevação não ultrapassará um acréscimo de cin-

co pontos percentuais, mantendo-se os números em vigor para as instituições financeiras do Norte e Nordeste.

A preocupação do Governo em atingir os depósitos a prazo pode ser explicada pelo crescimento expressivos dos haveres não monetários em comparação aos haveres monetários, que representam, de acordo com os últimos dados disponíveis no Banco Central, apenas 14,3 por cento dos haveres financeiros totais. Nos últimos 12 meses terminados em abril, o acréscimo dos depósitos a prazo foi de 116 por cento, enquanto os depósitos à vista cresceram apenas 76,4 por cento.

A medida reflete, também, a intenção das autoridades monetárias em aperfeiçoar os mecanismos de depósitos compulsórios, atualmente comprometidos pela abrangência quase restrita aos depósitos à vista. Somente assim, acreditam as fontes consultadas ontem, será possível contar com instrumentos monetários eficazes para controlar a liquidez do sistema, uma preocupação permanente do Governo, principalmente no momento em que se liberam os limites quantitativos impostos sobre o crédito das instituições financeiras.